



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

- HELENA GALLO - COORDENADORA
- HELENA GALLO (BISOGA)
- MANUELA CORDEIRO
- ELETICUS DE SOUZA
- TARCIZO IDEFONSO
- DAYMU GOIFFMAN

ASSUNTO:

COORD. DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
AV. AFONSO PENA, 1500 2º ANDAR SALA 4
CENTRO
30130-005
BELO HORIZONTE MG



RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (CDHCGO/PBH)
02.05.1995

"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
muda-se o ser, muda-se a confiança;
todo o Mundo é composto de mudança,
tomando sempre novas qualidades

"Continuamente vemos novidades
diferentes em tudo da esperança;
do mal ficam as mágoas na lembrança,
e do bem (se algum houve...) as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
que já coberto foi de neve fria,
e em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
outra mudança faz de mor espanto;
que não se muda já como soia."

(Luís de Camões - Sonetos)

Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da PBH
Av. Afonso Pena, 1500 - 2º andar - sala 4
CEP: 31130-005
Belo Horizonte - MG - Brasil
Fone: (005531)277-7719/277-7720
Fax: (005531)224-3099/277-4798

Coordenadora: Helena Greco

I - INTRODUÇÃO

A criação da CDHC/PBH é produto do acúmulo histórico de décadas de luta em defesa dos direitos humanos e da confirmação dos compromissos da administração da Frente BH Popular com a construção da plena cidadania.

A CDHC/PBH foi institucionalizada em julho/93 e passou a ter dotação orçamentária em dezembro/93.

Trata-se de organismo responsável pela elaboração e implementação de políticas específicas na área de Direitos Humanos.

A CDHC/PBH está em processo de implementação dos seguintes projetos:

1. Direito Achado na Rua;
2. Banco de Dados e Memória;
3. Oficinas de Cidadania;
4. Difusão da Política de Direitos Humanos e Cidadania;
 - 4.1- 'Cidadania: Assunto de Mulher'
 - . Coordenação da Comissão Paritária de Mulheres para elaboração de políticas públicas específicas, priorizando a criação da casa abrigo para mulheres em situação de violência;
 - 4.2- '64 NUNCA MAIS' / 15 ANOS DE ANISTIA
 - . Coordenação da comissão encarregada do projeto de construção do monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos Políticos;
 - 4.3- Os Direitos Humanos em Belo Horizonte, no Brasil e no mundo.

Além disso a Coordenadoria firmou convênio com a Secretaria Municipal de Educação e a AMEPPE, para desenvolver o projeto interdisciplinar "A Palavra é Sua", criado pela AMEPPE, visando a formação e qualificação de profissionais de 1ª a 4ª série para a discussão da cidadania a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - ATIVIDADES/PROJETOS PRIORITARIOS

1. DIREITO ACHADO NA RUA

A Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, assistindo perplexa a escalada veloz de todas as espécies de violência aos humanos em seus direitos, percebeu que grande parte das violações se repetem em razão do desconhecimento da existência dos DIREITOS FUNDAMENTAIS E COLETIVOS.

Os humanos, especificamente os excluídos, quando oprimidos, não conseguem encontrar a justiça e a garantia na defesa de seus direitos. São na maioria das vezes injustiçados.

Considerando que 70% da população encontra-se na faixa dos considerados "excluídos", a falta de acesso à Justiça acaba levando as pessoas a desistirem de reivindicar seus direitos, desestimulando-as do exercício da plena cidadania.

O projeto "Direito Achado na Rua" entende a rua como espaço público, onde as relações sociais acontecem e as conquistas se realizam tornando-se direitos, direitos esses, que até podem vir a ser positivados, tornando-se Lei.

O DIREITO pode ser encontrado, pode ser achado, se já foi conquistado, e, mesmo que ainda não conquistado, pode surgir pela consciência da necessidade de novas conquistas na "rua", visto que todos os direitos emergem das relações sociais.

A Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania pretende, com o projeto "Direito Achado na Rua", no espaço público "rua", através das comunidades organizadas como: associações de moradores, igrejas diversas, movimentos, conselhos, comissões, grupos culturais, entidades filantrópicas, escolas, postos de saúde, etc., trocar informações e discutir os direitos fundamentais e coletivos, capacitando seus membros para a defesa de seus direitos e formando pessoas para, depois de conhecerem tais direitos, multiplicarem estas informações, tornando-se verdadeiros "juristas orgânicos", ou seja, mulheres cidadãs e homens-cidadãos.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "DIREITO ACHADO NA RUA"

1ª FASE - Reunião com todas as entidades do movimento social, apresentando as idéias do Projeto "Direito Achado na Rua".

2ª FASE - Análise dos estatutos constituídos das sociedades civis para viabilizar a representatividade jurídica de seus membros.

3ª FASE - Elaboração de convênio entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Faculdade Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e as associações comunitárias e entidades afins.

CONVENIOS

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte fornecerá os materiais necessários para a informação/formação das entidades e dos "juristas orgânicos", além de realizar um trabalho de pesquisa acerca dos direitos humanos, constitucionais, difusos, coletivos, etc., junto à comunidade

e, a UFMG possibilitará o acesso à justiça nas questões relacionadas com direitos humanos e coletivos de acordo com o convênio com a PBH.

Em contrapartida, as entidades selecionarão os juristas orgânicos entre seus aqueles que desejarem receber capacitação para conhecerem e defenderem os direitos dos cidadãos.

OPERACIONALIDADE

A informação/formação dos "juristas orgânicos" se dará na interrelação das entidades com a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania/Faculdade de Direito da UFMG, tendo como vínculos cursos, palestras, seminários e pesquisas.

COMUNICAÇÃO

O contato entre a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania, as entidades e a população da Regional Nordeste se dará através da imprensa, grupos culturais, escolas, centros de saúde e demais serviços públicos já instalados na regional.

O projeto está sendo implantado na Regional Nordeste com uma população de cerca de 250.000 habitantes, distribuídos em 78 bairros e 10 vilas e favelas.

Em relação ao estágio de implantação do projeto, nos encontramos na seguinte situação:

- 60 reuniões realizadas com Associações de bairro, grupos culturais, Igrejas e outros movimentos;
- Estão programadas reuniões com as demais entidades até junho (cerca de 300);
- O texto do convênio com a UFMG já está pronto, prevendo a participação no projeto de 10 membros do corpo docente e 15 estagiários da Faculdade de Direito, encontrando-se os mesmos em fase de capacitação;
- O Folder do Direito Achado na Rua encontra-se pronto para publicação;
- Nossa previsão é de assinatura do convênio com as entidades no mês de agosto/95.

2. BANCO DE DADOS E MEMORIA

O objetivo deste projeto é a organização e catalogação do acervo de informações existentes relativos à defesa dos Direitos Humanos e a história da luta pela cidadania em Belo Horizonte. Ele visa revelar o real grau de violação dos Direitos Humanos na cidade, instrumentalizando a luta pela construção da cidadania e a socialização das informações.

Até maio/94 a Coordenadoria não tinha nível algum de informatização. Foi, então, instalado um XT SID800, com os **softwares** (DOS, FACIL) e uma impressora Elgin Amélia 250. Foi reestruturada a forma de trabalho da Coordenadoria de modo a realizar uma 1ª etapa de automação.

Foi organizada uma rotina de edição de texto e elaboração semanal de cópias de segurança (BACKUP). Esta estruturação alterou claramente a dinâmica da equipe. Hoje se visualizam e se executam ações com maior agilidade e eficiência.

O XT está ligado ao computador central da Prodabel, através de uma placa emuladora, o que permite o acesso a sistemas "on line" como o OPUS, por exemplo.

Estamos implementando uma 2ª etapa que é a instalação do sistema integrado que permite o controle de correspondência, documentos e mala direta.

Em meados de julho recebemos um computador AT 386. Nele será instalado o Microysis, sistema que permite o controle de arquivos de artigos e recortes de jornal, imprescindível para a criação do banco de dados. Com isto garantiremos a preservação da memória da luta pelos Direitos Humanos.

Já solicitamos à Prodabel que faça os contatos para que nossa assessoria jurídica tenha acesso ao SICON (sistema existente no Fórum Lafayette o que permitirá, o acompanhamento "on line" dos processos pela Coordenadoria).

Também estamos fazendo os contatos para acessar a Rede Nacional de Direitos Humanos.

Queremos enfatizar o papel da Prodabel como agente modernizador na forma de trabalho desta Coordenadoria. Apoiamos seu projeto de descentralização que permitirá que esta "modernidade" seja ampliada para toda a administração.

O projeto original e o cronograma estão sendo reajustados à nossa infra-estrutura ainda precária e aos modestos equipamentos de que dispomos.

Estamos agora na fase de viabilização da tecnologia de informação, da aquisição dos equipamentos de informática e da constituição da equipe.

Como o nosso intuito é estabelecer parceria com o Arquivo Público Municipal está prevista para setembro a etapa de definição da participação e/ou acompanhamento deste organismo.

As outras fases dar-se-ão no 2º semestre.

4.1 - CIDADANIA: ASSUNTO DE MULHER

No dia 10 de dezembro de 1993 - Dia Internacional dos Direitos Humanos - tomou posse na Prefeitura de Belo Horizonte a Comissão Paritária de Mulheres, composta por seis representantes da Administração Municipal (CDHC/PBH, Secretarias de Educação, Cultura, Saúde, Governo e Desenvolvimento Social) e seis representantes do movimento de mulheres (MUSA, Coletivo de Mulheres Negras, NEPEM, GRAAL, Movimento Popular da Mulher e Pastoral da Mulher 4 Marginalizada), sob a coordenação de D. Helena Greco.

Seu objetivo é a discussão de políticas públicas para a mulher priorizando a construção de uma casa abrigo para mulheres em situação de violência, já orçado.

A casa abrigo é reivindicação histórica dos movimentos de mulheres. Torna-se cada vez mais urgente a partir da assustadora escalada da violência contra mulheres na cidade.

Alguns dados expressivos:

em 1991, 1.610 ocorrências foram registradas na Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres; em 1992, foram registrados 3.747; em 1993 foram 6.101 ocorrências; em 1994, a média é de 600 ocorrências/mês.

A Comissão tem feito importante trabalho de articulação da Administração com o movimento popular combinando a denúncia da violência com a criação das condições para a implantação da casa abrigo.

Alguns avanços significativos:

- Garantia de dotação orçamentária para o Projeto;
- Garantia do espaço físico para a construção da casa abrigo, apesar de algumas pendências com os proprietários do local;
- Elaboração do Projeto de Funcionamento da Casa Abrigo, à partir de seminário que contou com a participação das direções da Casa do Caminho (Fortaleza), da Casa Viva Maria (Porto Alegre) e da Dra. Noemi Barros - titular da Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte.
- Início das reformas já previstas para abril deste ano.

Alguns problemas a equacionar:

- Necessidade de financiamento e viabilização de parcerias para garantir a manutenção do projeto.

As atividades de 8 de março (Dia Internacional da Mulher) de 94 e 95, coordenado pela Comissão Paritária deram um salto de qualidade em relação aos dois anos anteriores, envolvendo todas as Administrações Regionais, todos os movimentos de mulheres e as Secretarias de Mulheres da CUT e do PT, a UFMG, a FUMEC e a Delegacia de Mulheres.

Além da programação unificada, que teve lugar no centro da cidade, houve a programação descentralizada com atividades nas Regionais, envolvendo os CACS e as Escolas Municipais.

No dia 09/06/94, ainda sob a coordenação da Comissão Paritária de Mulheres foi realizado no Salão Nobre um Encontro para discussão da escalada de violência contra mulheres em BH, com a participação dos movimentos de mulheres, das Administrações Regionais, das entidades de Direitos Humanos e do movimento sindical.

Tiramos a proposta de desenvolver uma campanha multimídia para combater a violência de gênero na cidade desencadeada em março de 95.

A Comissão Paritária tem cumprido seu objetivo e tem funcionado de forma orgânica e sistemática. Sua estrutura, no entanto, está defasada em relação à dimensão da tarefa assumida que demanda maior instrumentalização e profissionalização de alguns dos seus membros.

A prioridade colocada é a construção do Albergue ainda este ano e o desenvolvimento de campanha multimídia contra a violência de gênero.

4.2 - 64 NUNCA MAIS / 15 ANOS DE ANISTIA

As atividades em torno dos trinta anos do golpe militar constituíram importante marco na luta contra a opressão e a tortura e no processo de recuperação da memória histórica, um dos principais objetivos da CDHC/PBH.

Esta iniciativa foi gestada nacionalmente a partir dos grupos "Tortura Nunca Mais" e das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em Belo Horizonte a CDHC/PBH em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura assumiu sua coordenação articulando a programação das Regionais e a participação das Universidades (CAAP, DCEs da PUC, UFMG e Faculdades isoladas), da Secretaria Municipal de Educação através do CAP (Centro de Aperfeiçoamento de Professores), do Movimento Tortura Nunca Mais/MG e da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Esta atividade, realizada ao longo do mês de abril, foi marcada pela descentralização: as regionais Norte, Leste, Noroeste e Oeste promoveram debates, seminários e mostra de vídeos; o CAP produziu importante material para

discussão nas Escolas Municipais e realizou seminário para professores de história com a participação da CDHC/PBH, de professores da UFMG e de ex-presos políticos; a FAFICH e a Faculdade de Direito da UFMG, o Departamento de Filosofia da PUC e a FAFI-BH promoveram seminário sobre o tema.

Ainda no bloco "64 Nunca Mais"/15 Anos de Anistia, a CDHC/PBH desenvolveu importantes campanhas nacionais:

- contra a aceitação como delegado de polícia do Rio de Janeiro do torturador Roberto Blanco dos Santos - maio/94;

- campanha de pressão junto à Presidência da República pela destituição do torturador Ricardo Agnese Faiad da 2ª Sub-direção de Saúde do Exército e pela anulação de sua promoção a General de Brigada - maio/94; ele teve seu registro de médico cassado por unanimidade pelo Conselho Federal de Medicina do Rio de Janeiro;

- campanha de pressão junto ao Governador e Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro contra a nomeação para o cargo de Delegado da Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro, do médico Roberto Blanco dos Santos que no IML daquele estado durante a ditadura militar elaborava laudos falsos, omitindo a "causa-mortis" via tortura - maio/94;

- campanha pela responsabilização criminal do General de reserva Adyr Fiúza, ex-chefe do Centro de Informações do Exército, em razão de suas declarações em defesa da tortura - maio/94;

- campanha contra concessão do título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro ao Coronel Bombeiro José Halfed Filho, agente do aparelho repressor da ditadura militar - junho/94;

- manifesto à população e campanha de fax e telegramas assinado por inúmeras entidades e personalidades, em protesto contra os assassinatos políticos do casal José Luis e Rosa Hernandez Sundermann (SP), sindicalista, e de Hermógenes de Almeida da Silva Filho e Reinaldo Guedes Miranda, assessores da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e militantes do movimento negro;

- campanha de fax e telegramas ao Presidente Itamar Franco, Ministério da Justiça e à Procuradoria-Geral da República exigindo a intensificação das investigações relativas ao tráfico de crianças brasileiras e à "máfia dos transplantes", amplamente denunciado pela imprensa nacional - julho/94;

- campanha de fax e telegramas junto ao Conselho Federal de Medicina pela confirmação da cassação dos

médicos psicanalistas Leão Cobernit e Ernesto La Porta pela cumplicidade com o médico Almicar Lobo na defesa e acobertamento de práticas de tortura durante a ditadura militar - agosto/94.

Além disso, a CDHC/PBH participou da reunião nacional dos grupos "Tortura Nunca Mais" e das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos em São Paulo, nos dias 29

e 30 de maio, para discussão da intervenção nos programas de governo no que diz respeito à luta contra a tortura e a violência e ao resgate da memória dos mortos e desaparecidos políticos.

A comissão para a construção em BH de um monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos é outra importante atividade do "64 Nunca Mais". Ela foi instalada no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12/93), por iniciativa da Coordenadoria. Sua composição é ampla e representativa: além da CDHC/PBH, Prof. Amílcar de Castro, Prof. Francisco Iglesias, Prof. Léo Castriota (Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura), Fernando Nogueira (Secretaria de Governo), vereadora Maria Caiafa (Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal), Eliane Bicalho Lana (irmã de Antônio Carlos Bicalho Lana, assassinado pela ditadura militar em 30/11/73) e Antônia Soares Aranha (irmã do desaparecido político Idalísio Soares Aranha) e Dra. Maria Elisa Batista (pres. do IAB/MG). A coordenação é de D. Helena Greco.

Trata-se também de iniciativa nacional: existem projetos no Rio de Janeiro e em São Paulo; Porto Alegre instalou comissão semelhante; Recife inaugurou o seu monumento no dia do aniversário de 14 anos da anistia (28/08/93).

O arquiteto Oscar Niemayer ofereceu seu projeto de monumento para construção em B.H. Estamos dando os encaminhamentos para sua viabilização.

No dia 29/08/94 comemoramos os 15 Anos de Anistia no Brasil. Entramos mais uma vez em campo para recuperar a memória do 269 mortos e "desaparecidos políticos" e das muitas centenas de cassados, exilados, presos, banidos, torturados e mutilados, homens e mulheres que dedicaram suas vidas à luta contra a opressão e acreditaram no sonho de uma sociedade justa, sem exploradores e explorados. Desenvolvemos uma série de atividades em parceria com o Movimento Tortura Nunca Mais/MG, a Câmara Municipal, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, o Projeto BH-100 e o SINTTEL/MG. A essência dessa iniciativa é a continuidade da luta contra "um dos mais cruéis exercícios da opressão, a expropriação das lembranças".

A programação foi a seguinte:

*** Mesa Redonda - "Anistia: Memória e Perspectivas"**

Participação de: Fernando Gabeira, Patrus Ananias, Nilmário Miranda (Presidente da Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal), Dr. Antônio Romannelli e representantes das Mães da Praça de Maio.

Coordenação de: Helena Greco (Presidente do Movimento Feminino pela Anistia) e Betinho Duarte (Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia).

Exibição de vídeo: **"Sônia Morta e Viva"** de Sérgio Waismann.

Dia: 29/08/94, segunda-feira.

Horário: 20:00 horas.

Local: Salão Nobre da F.B.H.

* Lançamento do Livro **RUA VIVA** contendo dados biográficos dos 84 mortos, desaparecidos políticos e militantes mineiros que dão nome a ruas de Belo Horizonte e os mapas de cada uma delas.

Projeto do Vereador Betinho Duarte e decretos do Prefeito Patrus Ananias.

Coordenação e Pesquisa: Ângela Cirino de Andrade e Clotilde Ayer Quintela.

Presença dos familiares dos mortos e desaparecidos.

Dia: 30/08/94, terça-feira.

Horário: 20:00 horas.

Local: Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Endereço: Av. dos Andradas nº 3100.

* Mesa Redonda - **"Anistia, Memória e Luta Democrática"**

Participação de: Magda Neves, Heloisa Starling, Otávio Dulci e Vinicius Caldeira Brant.

Dia: 31/08/94, quarta-feira.

Horário: 10:00 horas.

Local: Auditório Sônia Viegas, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. (Campus da UFMG/Pampulha).

* TV a Cabo na Praça - **Promoção da C.D.H.C./P.B.H. e da Temporada de Poesia - B.H. 100.**
Realização: Sinttel.

Tema: "POESIA ANISTIA E CIDADANIA"

Horário: 18:30

Local: Praça 7 (quarteirão fechado da Rio de Janeiro)

. Dia - 29/08 (segunda-feira) - **"Poesia e Anistia"**

Participação: D. Helena Greco, José Maria Cançado, Antônio Cândido, Fernando Gabeira.

.Dia - 30/08 (terça-feira) - **"15 anos de Anistia/64 Nunca Mais"**

Participação: D. Helena Greco, Carmela Pezzuti e representantes das "Madres de Plaza de Mayo" - Celina Kofman e Hebe de Mascia.

logia" .Dia - 31/08 (quarta-feira) - "Poesia e Eco-
Participação: Chacal, Nicolas e Angelo Ma-
chado.

Resistência" . Dia - 01/09 (quinta-feira) - "Poesia como
Participação: Chico Alvim, Ana Caetano, João
Antônio de Paula e José Maria Cançado.

dignação" . Dia - 02/09 (sexta-feira) - "Poesia e In-
Participação: Lesego Rampolokeng e Warnick
Swinney, rappers sul africanos e rappers locais.

4.3 - OS DIREITOS HUMANOS EM BELO HORIZONTE, NO BRASIL E NO MUNDO

Nesse bloco trabalhamos as seguintes
questões:

- Levantamento e denúncia das violações de direitos humanos em BH;
- promoção e participação em debates e seminários nas escolas e nas universidades;
- participação, intervenção e organização de atividades nas ações integradas das Regionais;
- divulgação de textos e dados sobre direitos humanos e cidadania para instrumentalização do trabalho nas Regionais;
- publicação de matérias nos jornais locais e nos jornais e boletins dos sindicatos e movimentos organizados. A seguir, arrolamos as principais atividades desse bloco:
- Campanha nacional de denúncia do assassinato do jovem Wagner Ilídio de Moura, cometido pelo sargento da PM Wallace Cordeiro Valadares (21/02/94), exigindo apuração dos fatos e punição dos responsáveis;
- acompanhamento do caso de sete (07) refugiados angolanos em BH e Região Metropolitana;
- participação das reuniões do "Fórum pela Vida", envolvendo a Assembléia Legislativa, Pastoral de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Câmara e outras entidades;
- participação e organização de debates junto à Juventude Missionária da Paróquia de São Sebastião na Betânia;

- debates sobre Direitos Humanos no Colégio Modelo e na Escola Estadual no Bairro Pindorama;
- participação no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- participação no VIII Encontro Nacional do Movimento de Direitos Humanos - Salvador/BA, janeiro/94;
- participação no seminário da Regional Leste II do Movimento Nacional de Direitos Humanos - junho/94;
- participação no planejamento e realização do I Ciclo de Debates sobre Cidadania da Regional Noroeste;
- entrevista sobre o Sistema Penitenciário para o SBT - exibido em 19/05/94;
- Semana Nacional da Luta Contra o Racismo (09 a 13/05/94), atividade conjunta da CDHC/PEH com a Casa Dandara, COMCAN (Congregação Mineira de Candomblés), Coletivo de Mulheres Negras, Grupo Interdisciplinar de Universitários Negros da UFMG, MNU (Movimento Negro Unificado), Sindicato dos Bancários de BH e Região, CUT, Secretarias de Cultura, Governo, BELOTUR e Administração Regional Centro-Sul;
- intervenção nas ações integradas das Regionais:
 - . Leste - Bairros Taquaril e Horto;
 - . Norte - Bairros Monte Azul e Providência (CAC), e Vila São Tomás;
- debate na Regional Venda Nova - fev/94,
- textos publicados no Jornal "Hoje em Dia", "Voz da Comunidade" e "Notícias do Brasil";
- o Boletim Informativo da CDHC/PEH e o 1º fascículo sobre Direitos Humanos e Cidadania estão em fase de preparação;
- realização da Semana da Cidadania na Escola Municipal Cônsul Antônio Cadar;
- articulação e elaboração de pasta sobre Direitos Humanos para os Departamentos de Educação das Regionais;
- realização do evento "15 Anos de Anistia - Memória e Perspectivas" com atividades centrais (mesas-redondas, tv a cabo na Praça Sete, etc...) e atividades na FAFICH e regionais;
- debate sobre "violência no Taquaril" (Leste) e Constituição da comissão de Cidadania no conjunto,
- promoção conjunta com a Secretaria Municipal de Cultura e a JUBA (Juventude da Barragem Santa Lúcia) da gincana "Basta de Drogas e Violência";
- recepção e coordenação das atividades da Missão Internacional "Fax Christi", juntamente com a Pastoral dos Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal;
- recepção e coordenação em parceria com a Escola do Legislativo da Missão da Anistia Internacional.

. Dia 09/10 - Seminário de Ações Integradas na Ventosa - Administração Regional Oeste
- Ação Integrada da Regional Nordeste

. Dia 16/10 - Debate "Procurando a Cidadania" na Barragem Santa Lúcia (parceria com o JUBA - Juventude da Barragem Santa Lúcia) - Administração Regional Centro-Sul

. Dia 22/10 - A Cidadania da Criança e do Adolescente no Bairro Nazaré - Administração Regional Nordeste

. Dia 01/12 a 11/12 - Semana Internacional dos Direitos Humanos, fechada com a Reunião Nacional dos Grupos Tortura Nunca Mais e congêneres.

. Janeiro/95 - Campanha contra as incursões da Polícia Militar nas favelas de Belo Horizonte, marcadas pela violência, pelo abuso de poder e pela ilegalidade (Anexo III)

. Janeiro/Fevereiro/95 - Campanha de denúncia contra os assassinatos perpetrados pela Polícia Militar/MG (Anexo III)

. Fevereiro/95 - Campanha de denúncia do atentado terrorista sofrido pelo Cine Nazaré - Liberdade (4/fev/95); articulação do movimento artístico e cultura, das Entidades de Direitos Humanos e dos Sindicatos e Associações (Anexo IV)

. Março/95 - Articulação juntamente com o Fórum Mineiro de Saúde Mental de denúncia da violência sofrida pela paciente Lourdes Maria Viveiros Fuácio, submetida a eletrochoques sem anestesia nem sedação no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (26/jan/95). No processo ela sofreu fraturas do acetábulo e do fêmur e encontra-se desde então sem movimentos dos membros inferiores.

. Março/95 - Campanha de denúncia de atentado sofrido pela Casa do Jornalista a 10/03/95 (Anexo IV)

. 15 a 17/março/95 - Participação no I Encontro Nacional de Ouvidorias Públicas e Órgãos de cidadania em João Pessoa - PB

. 31/Março/95 - D. Helena Greco, a titular da Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte receberá o prêmio Chico Mendes de Resistência.

. 01/abril/95 - Encontro no R.J. com o Dr. Pierre Sarné, Secretário Geral da Anistia Internacional.

. março/abril/95- Articulação de Comissão Permanente de denúncia e acompanhamento das investigações dos atentados a bomba em Belo Horizonte, juntamente com as centrais sindicais, o Sindicato dos Jornalistas, os movimentos de direitos humanos (Pastoral de Direitos Humanos, Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal, da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa) e Central de Movimentos Populares. Esta Comissão deve evoluir para um Fórum Permanente de Direitos Humanos.

. abril/95 - Participação em debates na FAFICH/UFMG e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

. 18/abril/95 - Reunião em São Paulo com a Comissão Teotônio Vilela, o Núcleo de Estudos Sobre a Violência da USP e o Dr. João Benedito de Azevedo Marques, membro do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, designado pelo Ministério da Justiça para acompanhar as investigações sobre os atentados a bomba em BH. Apresentamos relatório com a nossa avaliação sobre a situação (Anexo V).

. 27/abril/95 - Exposição sobre a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e seus desdobramentos no Seminário " Terra em Transe " na Faculdade de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Ouro Preto.

Estamos em processo de articulação e elaboração de projeto pedagógico nas escolas municipais para a discussão do binômio "Direitos Humanos e Cidadania". Trata-se de parceria da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através de sua Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania e da Secretaria Municipal de Educação, com a Escola do Legislativo (Assembléia Legislativa de Minas Gerais) e a Anistia Internacional. O protocolo de intenções está sendo encaminhado. Foi constituído grupo de trabalho para o desenvolvimento do projeto.

Temos 2 Projetos Editoriais a serem desenvolvidos até o início do 2º Semestre/95:

- publicação de brochura em parceria com o Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba contendo o histórico e a proposta dos principais órgãos institucionais de Direitos Humanos e Cidadania do país;

- publicação em conjunto com a Editora Brasiliense do Dossiê Nacional dos Mortos e Desaparecidos Políticos elaborados pelos grupos " Tortura Nunca Mais " e Movimentos de Familiares de Mortos e Desaparecidos.

ANEXO I

ANEXO I

- PONTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA -

*"Sei que existem bons policiais,
só não sei onde estão eles..."*

(Nairdo Ferreira de Souza, pres. da Assoc. de Mor. de Vigário Geral, pai de um dos jovens chacinados)

1. DIAGNOSTICO

O binômio "Direitos Humanos e Cidadania" deve preceder e informar toda discussão sobre a violência e a elaboração de políticas de segurança pública.

A primeira abordagem é sempre negativa: no Brasil não se fala em Direitos Humanos mas, necessariamente, em **VIOLAÇÃO** dos Direitos Humanos. Não há como fugir do óbvio: a violência e a criminalidade são diretamente proporcionais ao poder marginalizador do sistema. A política concentradora e repressiva do neo-liberalismo leva ao paroxismo a exclusão social histórica e seu corolário - a situação de barbárie vigente: violência urbana e violência policial constituem dois lados da mesma moeda.

O confronto é muito claro: de um lado, a minoria que participa da tremenda concentração de renda (na qual o Brasil é vice-campeão mundial) e quer preservar os privilégios a todo custo; de outro, a maioria espoliada e excluída, os moradores das favelas e da periferia, que sobrevivem por milagre. Está instalada uma espécie de guerra civil não declarada e desigual, reciclagem da Lei de Segurança Nacional: os inimigos internos agora são nada menos que 2/3 da população que vivem no limiar da linha de miséria.

Eles são considerados não-cidadãos e são cada vez mais tratados como "marginais" e "bandidos" pela sociedade dominante que usa e abusa da estrutura jurídica e repressiva para controlá-los. Isto pesa de forma mais aguda sobre os negros, duplamente discriminados: por causa da pobreza e da etnia. Outra manifestação dramática desta situação é o fenômeno dos meninos e meninas de rua que conseguiu efetivar a proeza absurda da estigmatização das crianças, identificando-as cada vez mais com aqueles epítetos.

A violência que perpassa todas as malhas da sociedade se apresenta como violência de classe. As principais vítimas das relações de exploração e opressão são também as principais vítimas da repressão policial. De outro lado, as chamadas "classes médias" também convivem com a insegurança, fustigadas permanentemente pelo fantasma do aumento incontrolável da criminalidade.

A violência e o terror, conforme expõe tão claramente Paulo Sérgio Pinheiro no debate sobre a ética, são elementos constitutivos da essência do Estado - ainda mais do Estado brasileiro, podemos acrescentar. A violência policial é projeção imediata da violência inerente ao Estado. A política de segurança pública tem sido a da brutalidade institucionalizada e explícita.

A sua lógica é o primarismo perverso contido na fórmula "violência combate violência", um fator a mais de estímulo à criminalidade que pretende combater. As forças policiais no Brasil transgridem sistematicamente os mais elementares direitos humanos: sequestros, prisões ilegais, invasões de domicílio e espancamentos são práticas rotineiras; tortura é prática institucionalizada.

A eliminação física é também sistemática. Só para ficar no exemplo mais expressivo, a Polícia Militar de São Paulo matou 4162 pessoas no período de 1986 à 1990. Segundo dados de Hélio Bicudo no artigo "Violência: uma constante do cotidiano" (edição nº 280 da Revista "Véspera"), de 90 a 92 houve uma eliminação a cada 7 horas em São Paulo, qualificando a polícia paulista como a mais violenta do mundo. Ele lembra ainda que "em larga medida a violência se esbate contra crianças e adolescentes, como concluíram a CPI que investigou a questão e recente pesquisa da "Folha de São Paulo" (08/08/93).

Hélio Bicudo aponta dois fatores que estão na base dessa situação: a militarização das polícias militares que exercem o monopólio do policiamento ostensivo com o mesmo objetivo de um exército em campo de batalha, ou seja, a destruição do inimigo; e o clima de impunidade proporcionado pela Justiça Militar. Policiais militares são julgados pela própria corporação, que invariavelmente procura isentá-los; muitos deles são promovidos durante o processo.

Estas arbitrariedades engendram outra questão: a banalização da violência. Todos acabam por considerá-la normal e quase obrigatória. Um dos aspectos mais terríveis desta situação é o aviltamento do senso comum e das relações de convivência. Ele permite a aceitação de absurdos como o massacre de Carandiru e a matança diária de crianças e o esquecimento paulatino das chacinas de Acari, da Candelária, de Vigário Geral, dos Ianomami etc,etc,etc. Também os linchamentos fazem parte deste quadro.

Este processo contamina o sistema carcerário que toma a punição como um fim em si mesmo, cortando pela raiz a possibilidade de ressocialização do detento, promovendo sua desumanização e criminalização definitivas e irreversíveis. A população carcerária na sua maioria é composta de negros, pobres e semi-analfabetos.

Sabemos que tudo isto foi legado pela ditadura militar que não fabricou, mas institucionalizou a tortura, a impunidade e a falta de memória. Fórmula mágica para erradicá-lo de vez, não existe. É necessário, no entanto, interrompê-lo e começar a desconstruí-lo, criando uma cultura capaz de enfrentar a necessidade do desmantelamento da prática que alimentam o círculo vicioso da violência. Políticas que promovam a distribuição das riquezas, de um lado, e a participação direta da população nas decisões desenvolvendo as noções de controle e de contra-poder, de outro, podem levar à reversão do processo de alienação e reificação infligido à sociedade e apontar na direção da plena cidadania.

ANEXO II

ANEXO III

PEQUENO DIAGNOSTICO DA VIOLENCIA POLICIAL EM
BELO HORIZONTE

01- A Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da PBM é organismo novo e inédito. Funcionamos informalmente desde a posse da Frente BM Popular. Mas ela só foi institucionalizada em julho/93 e passou a ter dotação orçamentária e infra-estrutura mínima em novembro/93.

02- Ainda assim, de janeiro de 93 a agosto de 94 recebemos 118 denúncias que incluem agressões, maus-tratos, espancamentos e tortura. 42 se referem à Polícia Militar e 45 à Polícia Civil. O restante diz respeito à segurança privada, hospitais, escolas, racismo, cárcere privado, linchamento. Registramos dez (10) mortos a partir desta situação de violência:

- 06/03/93: João Moreira de Oliveira, 21 anos (ng 16)
- mar/93 : o menino Edson, conhecido como Batatinha, 15 anos (ng 18) - assassinado pelo soldado Jorge Machado da PM
- 02/09/93: Jorge M. Da Silva, linchado pelo engenheiro Fernando Alcides da Silva e pelo advogado Bernardes (ng 31)
- 21/02/94: Wagner Ilidio de Moura, 19 anos, assassinado pelo Sargento da PM Wallace Cordeiro Valadares
- 07/02/94: Everson Fernandes, morto na cadeia de Lagoa da Prata (ng 34)
- 01/01/94: Daniel Pereira dos Santos, morto na carceragem de Buritizeiro.
- 23/10/94: Mário André da Silva foi morto a tiros pelo policial militar Denilson Santos Vitebro, que alegou legítima defesa, na favela da Pedreira Padre Lopes, próximo ao São Cristóvão. Mário André estaria com as mãos dentro da camisa, como se estivesse armado, disse o policial. O depoimento da mãe vítima confirma que ele era usuário de drogas, porém não era violento. Cerca de 15 dias antes de sua morte, Mário André disse à sua sogra que estava sendo extorquido por um policial, sob a ameaça de morte.
- 15/10/94: Jaime Mercês Saldanha foi abordado, dominado e espancado por vários policiais militares. Sua irmã, Maria Bárbara das Mercês Saldanha, encontrou-o por volta das 21:00 hs na rua, com os pés amarrados e sinais de espancamento. Pediu à PM

que o conduzisse a um hospital. Jaime foi levado antes para a Seccional de Venda Nova. Recusado lá, foi levado para o Hospital Raul Soares. Novamente recusado, por estar muito machucado, foi levado pela PM para o HPS, onde morreu na madrugada do dia 27. Os familiares compareceram ao Ministério Público para registrar a denúncia e pedir providências.

- 13/11/94: Por volta das 05:00h, Wanderlei Correia foi detido e agredido por PMs, por suspeita de ter praticado um assalto, segundo testemunhas. Um dos PMs era vizinho de Wanderlei. Os pais procuraram a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da PBM, que levou-os ao Ministério Público e tentou achar o rapaz em delegacias da cidade. O corpo só foi encontrado uma semana depois já no IML. Wanderlei havia morrido e foi encontrado no mesmo dia 13 de novembro numa fazenda na estrada de Taquaraçu, município de Caeté, com hemorragia interna, traumatismo craniano, por projétil de arma de fogo.

- 27/01/95: Wagner Sabino foi detido por 5 policiais militares no início da madrugada, ao fechar o seu bar, no endereço citado acima. Dois desses policiais, lotados na 22ª CIA, no Bairro Santa Lúcia, foram identificados pelos apelidos "Dentinho" e "Lábios de Mel" (soldados Giovanni e Edgard). Wagner teria sido preso por porte de drogas, mas segundo testemunhas, os policiais citados costumam fustigar os moradores da favela para extorquir. Este seria, portanto, mais um caso de extorsão. Wagner foi algemado e barbaramente espancado no local com uma barra de ferro, tendo sido depois levado, ainda com vida, em uma viatura da PM. Somente às 10:30h da manhã deu entrada no Pronto Socorro onde morreu antes de ser atendido. Ele deixou a companheira e 3 filhos (7, 3 e 2 anos de idade).

03- A maioria dos casos está sem solução. A Coordenadoria não tem competência nem estrutura para todas as providências jurídicas. Assim, encaminhamos as denúncias para a Promotoria de Defesa da Pessoa Humana do Ministério Público (Av. Augusto de Lima, 1740 - Fone: 295-4201) para as providências cabíveis. Além disso, fazemos a denúncia na imprensa e divulgamos para as entidades de Direitos Humanos nacionais e internacionais.

04- Trabalhamos também em conexão com as comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa e a Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte.

05- No que diz respeito a repressão policial e ao abuso de poder, Belo Horizonte tem apresentado face violenta que não sofreu mudanças após a queda da ditadura militar; os índices da violência têm crescido sensivelmente. Os direitos mais elementares da pessoa humana tem sido violados constantemente.

06- A policia da capital mineira trabalha quase exclusivamente fora do "formalismo", para não dizer, da "legalidade". Procedimentos arbitrários como operações de busca e invasões de domicilio, incluindo a prática de brutalidade e violência física; maus tratos e tortura aplicados de forma sistemática como instrumento de investigação; a generalização das detenções ilegais - tudo isto já se tornou rotina. Para o governo, a política de segurança pública é política "do vigiar e punir", da repressão explícita, do aumento do aparelho policial e de sua ferocidade.

07- Os pobres são cada vez mais estigmatizados como bandidos, principalmente os negros. Eles são considerados suspeitos e inimigos públicos permanentes. Assim, além de açoitados diariamente pelas relações de desigualdade e opressão, eles são obrigados a conviver com a presença constante do medo e da insegurança.

08- Não podemos, no entanto, falar de repressão indiscriminada que atua indistintamente; dificilmente a violência da repressão atinge a burguesia e os moradores da Zona Sul. Os principais atingidos pelo processo sistemático de atemorização e intimidação levado a cabo pelo aparelho policial são os moradores dos bairros de periferia e favelas - operários, desempregados, biscateiros - os "despossuídos históricos". Em termos de faixa etária, começamos a notar também tendência deste processo em ampliar seu raio de ação até a população jovem. E este universo de pessoas que tem procurado a nossa Coordenadoria, com denúncias e reclamação de torturas, maus-tratos e abusos por parte da policia. O medo muitas vezes impede que estas pessoas dêem prosseguimento às denúncias.

09- As prisões são feitas, repetimos, à revelia da lei - sem mandato de prisão, sem flagrante. Na maioria das vezes os detidos são levados para locais ignorados pelas famílias. Inicia-se então, verdadeira "via sacra" pelas delegacias, que sonégam sistematicamente a informação. Há ainda a interposição de obstáculos para se conseguir uma simples guia para exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Quando a queixa é encaminhada a Corregedoria de Policia, ela é devidamente registrada, mas não são apresentados resultados concretos; o desenrolar e a conclusão do processo permanece ignorado tanto pela vítima e sua família como pela Coordenadoria, uma vez que o procedimento é interno à Corporação.

10- As arbitrariedades e a tortura perpetradas pelo aparelho policial gozam da mais completa impunidade. Outro fato grave é que muitas vítimas da violência policial sequer têm entrada na polícia; são completamente inocentes em relação a qualquer tipo de acusação. Mesmo assim são submetidas a vexames, torturas, maus-tratos.

11- A Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte funciona como um centro de tortura nos moldes dos porões mais temíveis da ditadura militar. Sabemos que a tortura é prática rotineira nas delegacias da cidade. De acordo com o testemunho da Promotoria dos Direitos Humanos do Ministério Público, a Furtos e Roubos bateu todos os recordes em caso de mortes e desaparecimentos. Foram 21 nos últimos 4 anos.

12- A impunidade está na base desta situação. Torturadores notórios e membros da repressão da época da ditadura militar continuam na ativa. E o caso do inspetor José Maria Cachimbinho da Furtos e Roubos e do ex-secretário de Segurança do Estado de Minas Gerais José Resende de Andrade, Deputado Federal (2º mandato) que declarou pública e abertamente que "em Minas a ordem é matar criminosos", defendendo a execução sumária e a pena de morte em pleno exercício do cargo (24/08/94). Depois destas declarações pudemos perceber sensível escalada da violência policial na cidade.

13- Os promotores de justiça do Juizado da Infância e da Adolescência estão denunciando práticas de tortura e espancamentos na Delegacia de Menores (DEOM) com todos os requintes de crueldade herdados da ditadura militar: choque elétrico, "cocota", "pau de arara", afogamento. Com um agravante terrível: as vítimas são crianças e adolescentes menores de 18 anos.

14- Temos notado ainda uma assustadora escalada da violência contra as mulheres na cidade. Alguns dados expressivos:

- em 1991, 1.610 ocorrências foram registradas na única Delegacia Especializada de Crimes Contra as Mulheres de Belo Horizonte;

- em 1992, foram registradas 3.747;

- em 1993, foram 6.101 ocorrências;

- em 1994, a média é de 600 por mês.

Neste ano os casos de lesão corporal até maio são em número de 1237; de estupro, 90; e de homicídios, 68.

Dai a urgência da implantação da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência em Belo Horizonte, um dos nossos projetos prioritários.

15- Outra manifestação extremamente grave da escalada da violência é o número significativo de atentados a bomba na cidade. Foram cerca de 15 nos últimos 4 anos, além de dezenas de outros atos terroristas que ficaram nas ameaças. De fevereiro para cá houve a bomba do Cine Nazaré/Liberdade (4/fev), após tentativa frustrada de carteirada de 1 detetive; uma semana depois outra bomba foi jogada na casa do coronel reformado EGG (PM), após incidente entre a polícia civil e a polícia militar; e a 10/março/95 uma bomba de alto teor explosivo foi detonada na Casa do Jornalista. Um grupo da polícia civil autodenominado 'Grupo Reação' assumiu a autoria dos primeiros. Segundo o 'Estado de Minas' de 12/março/95 o 'Grupo Reação' afirma ter pelo menos 20 homens especialistas em armamentos e explosivos e alertou que agiria com violência até que o secretário de segurança pública, Dr. Santos Moreira, mudasse sua conduta. O objetivo deste grupo parece ser a desestabilização da política reformista adotada pelo secretário (ANEXO III)

16- Termino com uma citação:

" O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço."

(Italo Calvino, As Cidades Invisíveis,

E isto que procuramos fazer com nosso trabalho.

HELENA GRECO
Coordenadora Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ANEXO III

CARTA ABERTA AO CORONEL NELSON CORDEIRO,
COMANDANTE DA POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, 02 de janeiro de 1995.

Nós, dos movimentos que lutam pelos direitos humanos e pela construção da cidadania manifestamos perplexidade e indignação contra os métodos utilizados pela Polícia Militar de Minas Gerais nas favelas de Belo Horizonte.

Segundo o "Estado de Minas" de 25/12/94, "o confronto tem a mesma estratégia de guerra utilizada pelo exército: na falta de blindados, a PM utiliza excesso de contingente, armas pesadas e até helicópteros." A mesma matéria, que não foi contestada pela PM, diz ainda que "os barracos são invadidos sob a mira de atiradores de elite" e que "para compensar o arbítrio, a polícia militar promove ações cívicas e sociais nas favelas. Só este ano foram 148 incursões e a ordem é revistar todo local suspeito com ou sem mandado judicial."

Nós repudiamos o "confronto", a "estratégia de guerra", "o arbítrio" e a "invasão aleatória e ilegal dos domicílios"; toda e qualquer iniciativa referente à segurança pública deve ser informada pelo binômio "Direitos Humanos e Cidadania" e pela legalidade.

A violência e criminalidade são diretamente proporcionais ao poder marginalizador do sistema. A política concentradora e recessiva do neo-liberalismo aumenta a exclusão social histórica e é refletida na situação de barbárie vigente; violência urbana e violência policial constituem os dois lados da mesma moeda.

A "estratégia de guerra" utilizada pela PM visa atingir nada menos que os 2/3 da população que vivem no limiar da linha da miséria. No caso, são os moradores dos morros e das favelas, estigmatizados cada vez mais como "marginais" e "bandidos" pela sociedade dominante, que usa e abusa da estrutura jurídica e repressiva para contê-los. As principais vítimas das relações de exploração e opressão são também as principais vítimas da repressão policial.

As operações da polícia militar na periferia são violentas e atingem indiscriminadamente crianças, velhos, homens e mulheres - a maioria deles não deve ter tido sequer passagem pela polícia.

Trata-se de uma estratégia do terror que, absolutamente, não podemos aceitar.

Pleiteamos, ao contrário, a desmilitarização da polícia. A democracia exige outra organização policial, submetida à Justiça Comum, para que se cumpra a Constituição: todos são iguais perante a lei.

O primarismo perverso contido na fórmula "violência combate violência" constitui um fator a mais de estímulo à criminalidade que pretende combater. Queremos interromper este processo e começar a desconstruí-lo, criando uma cultura capaz de enfrentar a necessidade de desmantelamento das práticas que alimentam o círculo vicioso da violência.

Assinam esta carta:

- Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania / FBH
- Movimento "Tortura Nunca Mais" / MG
- Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de BH
- Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais
- Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte
- Grupo de Pais dos Educandos do Ciame Flamengo
- Centro de Ação Comunitária do Vera Cruz
- Comissão da Cidadania da Barragem Santa Lúcia

CAMPANHA NACIONAL E INTERNACIONAL DE FAX E TELEGRAMA

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 1995.

Companheiros e Companheiras,

Acionados pela indignação provocada por mais um assassinato perpetrado pela Polícia Militar de Minas Gerais, solicitamos o envio de telegramas ou fax exigindo a apuração rigorosa e punição dos responsáveis.

A vítima desta vez foi Wagner Sabino, residente à Rua São Tomáz de Aquino, 615, Vila Santa Rita, favela Morro do Papagaio em Belo Horizonte.

Wagner foi detido por 5 policiais militares no início da madrugada do dia 27 de janeiro, ao fechar o seu bar, no endereço citado acima. Dois desses policiais, lotados na 22ª CIA, no bairro Santa Lúcia, foram identificados pelos apelidos "Dentinho" e "Lábios de Mel" (soldados Giovani e Edgard).

Wagner teria sido preso por porte de drogas, mas segundo testemunhas, os policiais citados costumam fustigar os moradores da favela para extorquir. Este seria, portanto, mais um caso de extorsão.

Wagner foi algemado e barbaramente espancado no local com uma barra de ferro, tendo sido depois levado, ainda com vida, em uma viatura da PM. Somente às 10:30h da manhã deu entrada no Pronto Socorro onde morreu antes de ser atendido. Ele deixou a companheira e 3 filhos (7, 3 e 2 anos de idade).

Familiares de Wagner Sabino recorreram à Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte que, no dia 30 de janeiro, os acompanhou à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público, e no dia 02 de fevereiro ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais para exigir providências.

Os policiais envolvidos ("Dentinho" e "Lábios de Mel") continuam soltos e, o que é pior, atuando no mesmo local onde Wagner foi morto, o que constitui ameaça grave aos familiares e demais moradores da área.

Mais 3 casos de violência policial com consequência fatal foram registrados no final do ano passado. Todos continuam sem solução e os responsáveis permanecem impunes.

1- No dia 13 de novembro, por volta das 5:00h, Wanderlei Correia foi detido e agredido por PMs, por suspeita de ter praticado um assalto, segundo testemunhas. Um dos PMs era vizinho de Wanderlei. Os pais procuraram a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da PBH, que levou-os ao Ministério Público e tentou achar o rapaz em delegacias da cidade. O corpo só foi encontrado uma semana depois, já no IML. Wanderlei havia morrido e foi encontrado no mesmo dia 13 de novembro numa fazenda na estrada de Taquaraçu, município de Caeté, com hemorragia interna, traumatismo craneano, por projétil de arma de fogo.

2- No dia 23 de outubro Mário André da Silva foi morto a tiros pelo policial militar Denilson Santos Vitebro, que alegou legítima defesa, na favela da Pedreira Padre Lopes, próximo ao São Cristóvão. Mário André estaria com as mãos dentro da camisa, como se estivesse armado, disse o policial. O depoimento da mãe da vítima confirma que ele era usuário de drogas, porém não era violento. Cerca de 15 dias antes da sua morte, Mário André disse à sua sogra que estava sendo extorquido por um policial, sob ameaça de morte.

3- No dia 25 de outubro, Jaime das Mercês Saldanha foi abordado, dominado e espancado por vários policiais militares. Sua irmã, Maria Bárbara das Mercês Saldanha, encontrou-o por volta das 21:00h na rua, com os pés amarrados e sinais de espancamento. Pediu à PM que o conduzisse a um hospital. Jaime foi levado antes para a Seccional de Venda Nova. Recusado lá, foi levado para o Hospital Raul Soares. Novamente recusado, por estar muito machucado, foi levado pela PM para o HPS, onde morreu na madrugada do dia 27. Os familiares compareceram ao Ministério Público para registrar a denúncia e pedir providências.

Corpo Delito

No Instituto Médico Legal existem cerca de 10 mil exames de corpo delito sem conclusão.

Solicitamos que os companheiros mandem fax ou telegramas protestando contra a violência policial e exigindo a apuração rigorosa dos fatos e punição dos responsáveis para os seguintes endereços:

- **Sr. Eduardo Brandão Azevedo** - Governador do Estado de Minas Gerais
Palácio da Liberdade
CEP: 30140-912
Belo Horizonte - MG
Fax: (031) 292-4170
- **Coronel Nelson Fernando Cordeiro** - Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais
Rua da Bahia, 2.115
Bairro Funcionários
CEP: 30160-012
Belo Horizonte - MG
Fax: (031) 201-9452

Esta campanha faz parte do nosso esforço conjunto de comemorar o centenário da cidade sem tortura, sem violência, sem impunidade.

**PELA VIDA, PELA PAZ
TORTURA NUNCA MAIS.**

HELENA GRECO

Coordenadora Municipal de Direitos Humanos e Cidadania / PRM
Coordenadora do Movimento "Tortura Nunca Mais" / MG

ANEXO IV

Belo Horizonte, 07 de março de 1995.

Companheiros e Companheiras,

Movidos pela indignação provocada pelos fatos relatados na "Carta Aberta ao Exmo. Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais", solicitamos o envio de telegramas e fax ao Governador e ao Secretário de Segurança do Estado exigindo:

- a apuração radical dos atos terroristas assumidos pelo autodenominado "Grupo Reação";
- a punição exemplar dos responsáveis;
- a extinção definitiva da prática da "carteirada" (*)

(*) carteirada: expediente utilizado por policiais e funcionários do Poder Judiciário que forçam arbitrariamente sua entrada nos cinemas e casas de espetáculos mediante a mera apresentação da carteira funcional.

Esta campanha faz parte do nosso esforço conjunto de comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte sem arbitrariedades, sem violência, sem impunidade.

Atenciosamente,

HELENA GRECO

Coordenadora Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Coordenadora do Movimento "Tortura Nunca Mais" / MG

Os fax ou telegramas devem ser mandados para:

- **Dr. Eduardo Brandão Azeredo**
Governador do Estado de Minas Gerais
Palácio da Liberdade
Praça da Liberdade, s/ng
Funcionários
CEP: 30140-912
FAX: (031) 292-4170
- **Dr. Santos Moreira**
Secretário de Segurança do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Segurança
Praça da Liberdade, s/ng - 2º andar
Funcionários
CEP: 30140-912
FAX: (031) 292-4170

Carta aberta ao Exmo. Sr. Dr. Eduardo Azeredo,
Governador do Estado de Minas Gerais,

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 1995

Sr. Governador,

"Nós pedimos com insistência, não digam nunca, isso é natural
Sob o familiar descubram o insólito;
sob o cotidiano, desvelem o inexplicável;
que tudo que é considerado habitual provoque inquietação.
Na regra, descubram o abuso e sempre
que o abuso for encontrado, encontrem o remédio"
Bertold Brecht

A população de Belo Horizonte foi surpreendida neste mês de fevereiro pela reedição de atos terroristas assumidos por um grupo de policiais civis autodenominado "Grupo Reação".

Dois atentados a bomba nos remeteram aos tempos mais duros da ditadura militar. A primeira explodiu no dia 4, no Cine Nazaré Liberdade, logo depois de uma tentativa frustrada de golpe da "carteirada" por parte de um policial civil; a segunda foi lançada no dia 12 na casa do coronel reformado da PM Felisberto Egg, depois de incidente envolvendo membros da Polícia Militar e da Polícia Civil na porta do Pronto Socorro.

Este chamado "Grupo Reação" reivindicou ainda a autoria da bomba colocada no ano passado na Delegacia de Furtos Roubos, conhecida como Inferno do Barro Preto, por ocasião da visita de inspeção dos Promotores de Justiça.

Estes fatos, por si só eloquentes, merecem nosso mais veemente repúdio. Não se trata de questão episódica, mas de manifestações da cultura do terror e da barbárie, que sobreviveu à ditadura militar. Dela fazem parte também a institucionalização da tortura, o obscurantismo cultural e político, a fabricação permanente da falta de memória, a banalização da violência.

A construção da democracia e o exercício pleno da cidadania prevêm a erradicação de todas as formas de violência, dentre as quais as mais perversas são exatamente aquelas que instrumentalizam prerrogativas e privilégios em nome do poder e da autoridade.

A própria utilização do expediente da "carteirada" constitui abuso de poder intolerável comprometendo (e às vezes, inviabilizando) atividades artísticas e culturais. Constitui também crime de lesa cidadania, pois atinge toda a população, que "além de comida", precisa também de "diversão e arte".

Sr. Governador, com a certeza que V.Exa. está ciente da gravidade da situação e, tanto quanto nós, almeja o respeito aos direitos humanos e a construção da cidadania, reivindicamos que :

-A apuração dessas violências seja levada às máximas consequências;

-O Ministério Público através de sua Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e a Comissão Permanente dos Direitos Humanos da Câmara Federal sejam chamados para acompanhar os procedimentos investigativos;

-Os responsáveis sejam punidos de forma exemplar;

-O golpe da carteirada seja definitiva e imediatamente extinto por se tratar de medida arbitrária; sugerimos que a normatização da utilização das carteiras funcionais seja inequívoca permitindo o "livre acesso" somente a funcionários designados para executarem funções específicas, com ordem expressa em documento datado e assinado pela autoridade encarregada do trabalho do dia, cuja cópia deverá ser deixada com a pessoa interessada pelo evento.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da FBH
Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de BH
Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de BH
Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais
Movimento Tortura Nunca Mais/MG
Movimento Negro Unificado
Associação Mineira de Produtores de Artes Cênicas (Amparc)
Usina Banco Nacional de Cinema
Gabinete Almir Cardoso
Associação de Usuários do Serviço de Saúde Mental.
Forum Mineiro de Saúde Mental
Gabinete do vereador Rogério Correia
Cine Nazaré/Belas Artes

Teatro Alterosa
Art Filmes S/A
Tempo Produções
Senalba
Partners Comunicação e Promoção
DCE/UFMG
Grupo de Teatro Deu Falla
Fundação Zoobotânica
AGB Produções
Fórum BHZ Video
BH- 100 Anos
Savassi Cine-Clube
Usina Banco Nacional de Cinema
Cine Del Rey
Teatro Marília
Teatro Francisco Nunes
Grupo de Teatro Olho da Rua
Sindicato dos Bancários
Museu Abílio Barreto

ANEXO V

ANEXO V

Belo Horizonte, 17 de março de 1995.

Sr. Dr. Santos Moreira
Exmo. Secretário de Segurança
Pública de Minas Gerais

O 'Estado de Minas' publicou na 1ª página de sua Edição de 15/março/95 o seguinte título: "POLICIAIS TERRORISTAS SERVIRAM À DITADURA, DIZ SANTOS MOREIRA".

Na década de 70 foram 36 atentados a bomba em Belo Horizonte, 2 deles na Casa do Jornalista, vítima da última explosão, ocorrida a 10/março/95.

A cultura do medo e da impunidade sobreviveu à ditadura militar através da tortura sistemática nas delegacias da cidade, da violência policial e da reedição do terrorismo: de 1991 a 1995 foram 13 atentados a bomba na cidade, com as mesmas características daqueles praticados pelo aparelho para-militar e para-policial da ditadura.

Todos que lutam pela construção da cidadania e o respeito aos Direitos Humanos exigem apuração rigorosa dos fatos e punição exemplar dos responsáveis.

Com o objetivo de contribuir neste processo estamos encaminhando lista dos elementos envolvidos diretamente com a tortura em Minas Gerais extraída do projeto 'Brasil Nunca Mais' da arquidiocese de São Paulo (1985), Tomo II - Volume 3 Os Funcionários - p.1959. Desta lista constam o nome do torturador, seu cargo ou patente, local e data onde atuaram. São 73 nomes, sendo que 29 pertencem aos quadros das Forças Armadas, 23 à Polícia Civil, 13 à Polícia Militar e 7 a outros setores.

Esperamos que estas informações sejam úteis ao procedimento investigatório.

Pela vida, pela paz
tortura nunca mais

HELENA GRECO

(p/Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da PBH
e Movimento Tortura Nunca Mais/MG)

MARIA CAIAFA

(Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal)

BETINHO DUARTE

(Ex-presidente do Comitê Brasileiro de Anistia/MG)

NILMARIO MIRANDA

(Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos
da Câmara Federal)

GERALDO NELLO

(Presidente do Sindicato dos Jornalistas)

RELAÇÃO DOS ELEMENTOS ENVOLVIDOS EM TORTURA
EM MINAS GERAIS

Fonte: Projeto "Brasil Nunca Mais"
Tomo II - Volume 3
De Funcionários - Pág. 01 a 59

- Aécio Flávio Silveira Coutinho - Cap. PMMG / 69
- Alan - Investigador / Juiz de Fora / 73
- Alfredo Camarão de Albuquerque - Cel. PMMG / BH / 69
- Almeida - Capitão do Exército / 12º R. I. / BH / 69
- Escrivão e Detetive de Polícia Ariovaldo da Hora / 69
Delegado do Departamento de Vigilância Social de MG, ex-DOFS,
em 1978

- Arvelas Rosas - Sargento do Exército / 12º R. I. / BH / 69
(outras referências: 3º sargento E. B. Jair Arvelos Rosas)
- Carlos Alberto Del Menezzi - Tenente do Exército
 - PM/G2 - MG / 70
 - D.V.S. / BH / 70
 - 12º R.I. / BH
 - Delegacia de Furtos e Roubos / BH
 (outras referências: 2º Tenente E.B. Carlos Alberto Del Menezzi)
- Casemir Vieira - Major / DOI-ID/4 - MG / 71
- Cecildes - Delegado de Furtos e Roubos / BH / 69
- Cláudio Guimarães - DOI-ID/4 - MG / 71
- Cleber ou Kleber Luiz de Souza - 12º R.I. / BH / 69
(outras referências: 3º Sargento do Exército da ID-4)
- Costa - Tenente do Exército / 3º BC / Uberlândia - MG / 69
- Costa - Sub-inspetor e Inspetor - Delegacia de Furtos e Roubos/BH - 69
- Cruz - DOPS/MG - 69
- Dante - Inspetor - DOPS/MG - 69
- Davy Hazan - DVS (DOPS) / BH / 69
(outras referências: Del. David Hazan - Chefe do DOPS)
- Davi - Sargento - DOPS/MG - 71
- Dercy da Silva Pereira
- Dolabela - Sargento / BH / 69
- Escoralick - DVS (DOPS) / BH / 69
(outras referências: 1º Tenente E.B. Maurílio Scoralick)
- Fábio Bandeira - DVS (DOPS) / BH / 69
(outras referências: Fábio Bandeira de Figueiredo - Chefe do DVS em janeiro de 1969)
- Freitas - Capitão / BH / 71
(outras referências: Capitão E.B. Alberto da Fonseca de Freitas)
- Gil Carlos Mendes - Sargento do Exército / FM de BH / 69
- Góes - Tenente Coronel do Exército / 12º R.I. De BH
(outras referências: Waldir ou Valdir Teixeira Góes - Encarregado do IPM/RNM 177)

- Gomes Carneiro - Capitão do Exército / BH / 69
(outras referências: Capitão Cavalaria E.B. João Câmara Gomes Carneiro ou João Alcântara Gomes Carneiro)
- Haidn Prates Saraiva - Delegado de Furtos e Roubos de BH / 69
(outras referências: Funcionário Público Estadual lotado na Secretaria de Segurança Pública de MG / BH)
- Hilton de Paula Cunha Portela - Capitão / BH
(outras referências: Cap. Inf. E. B. Hilton Paulo Cunha Portela encarregado do IPM/BMM 429)
- Indio Bugre Machado - Uberlândia / MG
(outras referências: Agente de Polícia Federal)
- Jésus do Nascimento Rocha / BH / 69
(outras referências: Cap. PM lotado no Quartel General da PMMG)
- João Luis - Capitão de Cavalaria / Colônia Penal Magalhães Pinto / MG / 70
- João Vicente Teixeira ou Vicente Teixeira ou Teixeira - Major da PMMG / BH / 70
(outras referências: Major PM - Escrivão do IPM/BMM 143)
- Joaquim Ferreira Gonçalves - Secretário de Segurança Pública de MG / BH / 69
- Jorge - Sargento PM / Centro de Operações da PM / BH / 69
- José Aparecido - Agente / DOFS / MG / 69
(outras referências: sub-inspetor)
- José Jorge - Sargento / G.2 / MG / 69
- José Maria (de Paula - Cachimbinho) - Delegacia de Furtos e Roubos / BH / 69
(outras referências: investigador)
- José Reis de Oliveira - Policial / Delegacia de Furtos e Roubos / BH / 69
(outras referências: investigador de policia)
- Joaquim Gomes - Cabo do Exército / BH / 71
(outras referências: Cabo Joaquim José Gomes do DOI/MG)
- Jofre de Lacerda - Capitão / BH / 71
(outras referências: Cap. E.B. Jofre Fernandes Lacerda)
- Lara Rezende (Dr.) - Delegado / Deleg. de Furtos e Roubos/BH/69
- G2 / MG / 69

- Léo Machado - 1º Sargento - DOPS/MG - 70
 - 12º R.I. / BH / 69
 - Delegacia BH / 69
- Lisboa - PM / BH / 69
 - (outras referências: 2º Sargento PM Alberto Lopes de Lisboa)
- Luís Soares da Rocha - Superintendente da Polícia do Estado de Minas Gerais / BH / 69
 - (outras referências: Luís Soares de Souza Rocha)
- Marcelo Paixão de Araújo - Exército - PM / G.2 / MG / 70
 - (outras referências: 2º Tenente de Infantaria E.B. Marcelo Paixão Araújo)
- Márcio Rocha - Detetive / Deleg. de Furtos e Roubos de BH / 69
- Motta - Cel. ID/4 / MG / 69
- Nonato - Sargento da PM / Central de Operações da PMMG / 69
- Overmo - Sargento do Exército / BH / 69
- Pádua - Tenente da PM e Tenente da G.2
 - 12º R.I. / 69
 - G.2 e B.I. Da PM / 69
 - Central de Operações da PMMG / 69
- Pedro Carlos Pirus Camargo - Capitão / BH / 71
 - (outras referências: Cap. Inf. Do E.B. Pedro Carlos Pirus de Camargo)
- Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos - Capitão da PMMG
 - DOPS/MG - 70
 - DOI - ID/4 - 71
 - Colônia Penal Magalhães Pinto / 70
 - G.2 da PM / 70
 - 12º R.I. / BH / 69
- Pereira - Detetive e Policial da Delegacia de Furtos e Roubos de BH
 - Polícia do Exército de MG / 70
 - Delegacia de Furtos e Roubos de MG / 69
- Portela - Capitão do Exército
 - DOI - ID/4 - MG - 71
 - Colônia Penal Magalhães Pinto / 70
 - Batalhão de Guardas / PM / 69
 - G.2 / PM - 70
 - 12º R.I. / BH / 69
 - DOPS/MG - 71
 - Central de Operações da PM / 69

- Praxedes, José Eustáquio de Almeida Praxedes - Sargento da PMMG
 - PM / Batalhão de Guardas / 69
 - 12^o R.I. de BH / 69
- Rafael Cruz - BH / 71
- Ralph Brawn - Tenente-Coronel - I / 10^o R.I. de MG / 69
- Ronaldo de Souza - 2^o Tenente do Exército / BH / 69
- Rubens - Major da PM - DOPS/MG - 71
 - D.I. da PM - 69
 - G.2 / MG - 69
- Santos - Cabo do Exército - DOPS/MG - 71
 - DOI - ID/4 - MG - 71
- Saulo - Sargento do Exército
 - PM / Batalhão de Guardas - 69
- Sebastião da Paixão - Capitão do Exército / BH / 69
- Schubert da Paixão - Capitão da PM - Delegacia / BH / 69
(outras referências: Capitão PM Schubert Gonzaga de Santana)
- Sócrates - DOPS/MG - 71
- Thacir Menezes Sia - Delegado - DOPS/MG - 69
 - DVS/BH - 69
- Wanderley (Dr.) - BH / 71
- Vicente dos Santos Nogueira - DOPS/MG
- Villas Boas - Major - DOPS/MG - 64

* Os nomes citados abaixo foram denunciados por ex-presos políticos :

- Otávio Aguiar de Medeiros - Comandante do CPOR de BH em 1969 (Cel.) e Presidente do IPM - ocupou a chefia do SMI em 1978, já como General)
- Pionono - Delegacia de Furtos e Roubos
- Jean Paul Micola Seerberger (Dr.) - Médico - UFMG
- Tenente Murta
- Afonso de Araújo Paulino

Belo Horizonte, 17 de abril de 1995
Exmo. Sr. Dr. João Benedito Marques
Membro do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana

Com este texto pretendemos registrar os fatos ligados à escalada do terrorismo de que tem sido vítima a cidade de Belo Horizonte, problematizá-los e levantar elementos que possam contribuir para uma avaliação mais consistente.

A população de Belo Horizonte foi surpreendida nos meses de fevereiro e março pela reedição de atos terroristas, alguns deles assumidos por um grupo de policiais civis auto denominado "Grupo Reação".

Foram Z (sete) atentados em menos de 60 dias.

- 04/02/95 - Uma bomba explode no banheiro masculino do Cine Nazaré, depois de tentativa frustrada de golpe da "carteirada" por parte de policiais civis;
- 12/02/95 - Artefato de baixo teor explosivo é jogado na garagem da residência do Cel. PM reformado Felizberto Egg, depois de incidente, envolvendo o Coronel, entre a polícia civil e a polícia militar;
- 10/03/95 - Bomba de alto teor explosivo foi jogada sobre o telhado da Casa do Jornalista; o local foi totalmente descaracterizado pela polícia, impossibilitando o recolhimento de provas;
- 18/03/95 - Bomba de alto teor explosivo explode em frente ao jornal "Estado de Minas";
- 20/03/95 - Ameaça de bomba no prédio onde se encontra o gabinete do Vice-Prefeito de Belo Horizonte, exatamente no horário da reunião para discussão de providências contra os atentados, articulada pela Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da FBH, pelas Comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Câmara Municipal de Belo Horizonte e pelo ex-presidente do Comitê Brasileiro da Anistia / MG;
- 20/03/95 - Bomba é jogada de um carro de chapa fria no Fórum Lafayette.

- 21/03/95 - Bomba explode na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG) imediatamente antes de um ato de repúdio à série de atentados terroristas na cidade. O Diretor da CUT Austen Harmendani Mudado, que estava representando a CUT no ato, é acusado de ser responsável pela bomba, o que configura manobra diversionista absurda e grotesca.
- 02/04/95 - Bomba de baixo teor explode no Colégio Promove.

No dia 15.03.95 o Secretário de Segurança, Dr. Santos Moreira declarou ao 'Estado de Minas' que os responsáveis pelos atentados terroristas seriam os mesmos que atuaram durante o regime militar.

No dia 17.03.95 Dona Helena Greco (Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e do 'Movimento Tortura Nunca Mais'/MG.), Nilmário Miranda (Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara Federal) a Vereadora Caiafa (Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal), Geraldo Melo (Presidente do Sindicato dos Jornalistas) e Betinho Duarte (ex-presidente do Comitê Brasileiro de Anistia/MG) encaminharam lista de 72 torturadores de presos políticos extraída do Projeto 'Brasil Nunca Mais' (Arquidiocese de São Paulo-1985) ao Secretário visando a agilização das investigações. No dia seguinte explodiu a bomba 'no Estado de Minas' e 4 dias depois foi detonada a da OAB e forjado o flagrante de Austen Harmendani Mudado.

A acusação contra o Diretor da CUT se mostrou absolutamente inconsistente, caracterizando manobra para desviar a atenção dos verdadeiros responsáveis pelos atos terroristas que têm abalado a cidade: a própria Secretaria de Segurança Pública reconheceu num primeiro momento a participação da Polícia Civil nos atentados. O autodenominado 'Grupo Reação', composto por policiais civis, reivindicou pelo menos 3 três deles e assinou mensagens com outras ameaças enviadas para o jornal 'Estado de Minas' no último dia 24 de março de 1995.

Vejamos a cronologia dos fatos (divulgada pela CUT a 23 de março de 1995).

Dia 20.03.95

. O jornal Estado de Minas recebe telefonema informando que explodiria uma bomba na solenidade do dia seguinte na OAB e avisa a Polícia Civil do Estado;

. A OAB-MG publica em seu jornal a possibilidade da explosão de uma bomba em sua sede. Mesmo assim, a polícia não determina o cancelamento da solenidade;

. O Secretário de Segurança Pública avisa que no dia seguinte informaria o nome dos policiais envolvidos com os atentados anteriores, o que não aconteceu até hoje.

Dia 21.03.95

. Depoimento de José Maria Cachimbinho, homem forte da Polícia Civil com grande inserção na base desta corporação, na comissão de inquérito instalada na Metrópol; nesta ocasião o desenhista da Comissão (responsável pelo retrato falado dos suspeitos) prestou declarações à imprensa afirmando que o seu principal objetivo naquele trabalho era limpar o nome do seu colega José Maria Cachimbinho;

. A Polícia Civil não toma qualquer providência preventiva para evitar o atentado;

. A bomba explode em um dos banheiros da OAB, único liberado ao público;

. A Polícia Civil não evacua o prédio nem promove a varredura para a verificação de existência de outras bombas;

. Entre a explosão da bomba e o início do ato transcorre quase uma hora sem que ninguém tenha sido impedido de sair do prédio nem revistado ou conduzido para depoimento;

. O ato dura cerca de uma hora e ao seu término o tesoureiro da CUT/MG é convidado por policiais para uma conversa com o Secretário de Segurança na própria sede da OAB/MG;

. Sem a presença da Polícia Técnica e sem lavrar auto de apreensão, em atitude ilegal, arbitrária, prepotente e absurda, retiraram as botas do tesoureiro da CUT e desapareceram com elas;

. Descalço e preso, o tesoureiro foi conduzido para a Metrópol. Duas horas após é permitida a presença de advogado de confiança da CUT;

. A Polícia considerou como "testemunha", e não como suspeito, um ex-policia civil que também utilizou o banheiro. Este policial aposentado, além de apontar o tesoureiro da CUT como suspeito, fornece para a polícia endereço errado;

. Quatro horas após reaparecem as botas do tesoureiro, sem qualquer laudo de apreensão com afirmativa de que a mesma havia sido periciada.

Pergunta-se:

. Periciada por quem? Quem colocou as amostras e que amostras são estas? De que forma foram coletadas?

„ A Polícia Civil remete as ditas "amostras" para serem periciadas na UFMG e afirma que no dia 27.03.95os resultados da pericia seriam divulgados.

„ Dois dias antes, 25.03.95, o Jornal Estado de Minas publica declarações do Delegado Mineli antecipando inexplicavelmente o resultado do laudo e informando "que havia pólvora nas botas do tesoureiro da CUT/MG", numa evidente demonstração que o resultado do laudo saiu antes da realização da pericia, prova de manipulação.

O resultado do laudo do Instituto de Criminalística, depois de ter sido adiado várias vezes, foi finalmente divulgado no dia 05.04.95, recolocando as investigações no eixo de onde elas não deveriam ter saído, ou seja, na própria Polícia Civil. Foi o seguinte o alto de página do 'Estado de Minas' desse dia:

"LAUDO INOCENTA AUSTEN E DESMORALIZA A POLICIA". Austen, no entanto, continua como suspeito.

Neste mesmo dia a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte sofreu provocação grave ao ter o Gabinete da Coordenadora adentrado por uma senhora que se disse jornalista, ex-presença política e ex-exilada. Sob esta identidade falsa, ela convenceu as funcionárias presentes a deixá-la consultar os arquivos e o banco de dados. Esteve pela manhã por cerca de uma hora no local. Voltou à tarde, acompanhada de um senhor, permanecendo por mais 50 minutos. Depois viemos a saber tratar-se da Dra. Wanda Luzia Cunha, advogada de José Maria Cachimbinho. Seu acompanhante era nada menos que um policial da Delegacia de Furtos e Roubos.

As provocações tiveram continuidade 2 dias depois por ocasião do enterro de um policial civil morto em tiroteiro com suposto traficante (que também morreu). O Secretário de Segurança, Dr. Santos Moreira, no momento da inumação cobrou publicamente a presença de Dona Helena Greco e do "pessoal da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura" dizendo que "se se tratasse de enterro de bandido provavelmente todos estariam ali". O Secretário incorreu no primarismo indefensável de tentar confundir defesa dos Direitos Humanos com apologia do crime e na inoportunidade de aproveitar um momento coletivo de dor para fazer política de qualidade no mínimo duvidosa investindo-se em detrator da bandeira dos Direitos Humanos.

Esta atitude do Secretário a nosso ver constitui recado claro à corporação abrindo caminho e dando sinal verde à qualquer tipo de provocação contra aqueles que estão à frente da luta contra o terrorismo e os desmandos do aparelho policial.

A Polícia Civil em Belo Horizonte não é diferente das outras polícias do Brasil. De acordo com o próprio secretário existem grupos vinculados ao crime organizado (garimpo ilegal, desmanche de carro, extorsão, tráfico de influência). Há ainda comprometimento com grupos de extermínio, com o C.C.C. de triste memória, com a cultura da tortura, da ilegalidade e da impunidade.

Ao assumir, este Secretário, de perfil muito mais técnico do que político, tentou equacionar e desativar alguns grupos dentro da corporação. Suas medidas se mostraram tímidas e insuficiente, apesar de terem provocado insatisfações sobretudo por parte dos grupos mais identificados com a linha dura, aqueles que utilizam de todos os meios para manter e ampliar espaços e privilégios. Prevaleram então a convivência, o corporativismo e a falta de hierarquia.

Se, num primeiro momento, o Secretário teve algumas iniciativas, digamos, mais firmes, à medida que as investigações avançaram e se aproximaram do núcleo da Polícia Civil e seus homens fortes (entre eles o próprio José Maria Cachimbino) sua postura foi de recuo, convivência, timidez e participação ativa na farsa montada contra Austen. Sabemos que existe em mãos dos investigadores lista de 40 policiais suspeitos (notícia publicada no Estado de Minas de 24.03.95), mas ninguém foi indiciado. Para o público, o único suspeito até agora continua sendo o diretor da CUT.

O Governador do Estado tem se mostrado absolutamente omissivo, se negando a receber a comissão representativa da sociedade civil organizada mobilizada de forma permanente para garantir a investigação rigorosa dos fatos e a punição exemplar dos verdadeiros responsáveis.

Esta comissão é composta de representantes das centrais sindicais (CUT e CGT), dos movimentos de direitos humanos (Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Movimento 'Tortura Nunca Mais', Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, Câmara Federal e Assembléia Legislativa), Central dos Movimentos Populares, partidos políticos, OAB e Sindicato dos Jornalistas.

Outra iniciativa importante foi a instalação em 21.03.95 de Comissão de Representação da Câmara Municipal de Belo Horizonte através de requerimento dos vereadores Betinho Duarte e Maria Caiafa, cuja gravação das duas seções realizadas estamos encaminhando juntamente com este dossiê. Os membros desta comissão (os vereadores citados e a vereadora Rachel Scarlatelli) têm desenvolvido importante trabalho de investigação. Têm também recebido reiteradas ameaças de morte.

Cabe-nos ainda passar informação fundamental que revela a triste história de terrorismo e impunidade de Belo Horizonte: de 1977 a 1980 ocorreram 36 atentados a bomba na cidade atingindo 17 entidades e personalidades. Esta violência foi objeto de CPI instalada na Assembléia Legislativa na época: nada foi apurado e nenhum responsável foi punido.

Não queremos que isto se repita. Consideramos urgente a transferência das investigações de todos os atentados para a Polícia Federal (por todos os motivos relatados), com o acompanhamento efetivo do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, das Comissões formadas em Belo Horizonte e de organismos de referência nacional e internacional como o Núcleo de Estudos da Violência da USP, a Comissão Teotônio Vilela e a Anistia Internacional (com quem já foi feito o contato).

A vinda de Vossa Excelência à Belo Horizonte para estabelecer contato direto com as referidas comissões (da sociedade civil e da Câmara Municipal) e as vítimas mostra-se fundamental para levantamento detalhado, consistente e fidedigno do quadro cuja gravidade não pode ser considerada apenas conjuntural pois está ligada de maneira inequívoca à própria estrutura do aparelho repressivo.

Como nossos votos da mais alta estima, agradecemos sensibilizados por tudo e nos colocamos a vossa inteira disposição.

HELENA GRECO

Coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania
da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Coordenadora do Movimento "Tortura Nunca Mais" / MG